

CE-031/2026

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
A/C. senadora Sra. Damares Regina Alves – Presidente da CDH.

Ref.: Sugestão de Fórum para discutir o "Pacto pelo Emprego Formal no Brasil" – Mudanças na Lei do Fundo de Garantia.

Excelentíssima Sra. Presidente:

O Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT), entidade que há quase três décadas atua tecnicamente na proteção do patrimônio do trabalhador e no equilíbrio das relações trabalhistas no Brasil, vem por meio desta solicitar a esta Comissão a realização do **Fórum "Pacto pelo Emprego Formal"**. O pedido baseia-se nas Sugestões de Projetos de Lei já encaminhadas a esta Comissão, que visam alterar a Lei 8.036/1990 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O "Pacto pelo Emprego Formal", através da Campanha "Fundo de Garantia 60 anos – Justiça para Trabalhadores e Empregadores", tem os seguintes objetivos:

1. A recuperação das perdas justas dos trabalhadores no Fundo de Garantia;
2. A manutenção do dinheiro do trabalhador, garantindo que seja usado em momentos de real necessidade;
3. A prevenção do desvio do Fundo de Garantia para o sistema financeiro, evitando que o patrimônio do trabalhador seja usado apenas para aumentar o lucro dos bancos;
4. A quitação das dívidas das empresas com o Fundo de Garantia, estimadas atualmente em mais de R\$ 72 bilhões;

Rua Candelária, 79 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
www.fundodegarantia.org.br
marioavelino@fundodegarantia.org.br

5. A redução da informalidade;
6. Uma gestão paritária e equilibrada no Conselho Curador do FGTS;
7. O aumento dos investimentos em Saneamento Básico e Infraestrutura, fundamentais para salvar vidas e evitar doenças;
8. A diminuição do Custo Brasil;
9. A sustentabilidade a longo prazo do Fundo de Garantia;
10. A geração de mais empregos formais.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço atravessa uma grave crise de identidade. Criado para ser um instrumento de *formação de patrimônio* e proteção ao trabalhador ao longo da vida, o Fundo tem sido sistematicamente desviado para financiar o *consumo imediato* e resolver problemas de caixa de curto prazo do Governo. Como bem aponta o setor produtivo, quando se troca patrimônio por consumo, destrói-se a segurança futura do trabalhador.

O Brasil enfrenta hoje um cenário alarmante: **mais de 2 milhões de empresas** devem mais de **R\$ 72 bilhões** em FGTS não depositado, prejudicando diretamente quase **25 milhões de trabalhadores**. Simultaneamente, a informalidade e a "pejotização" batem recordes, impulsionadas pelo alto Custo Brasil na contratação e na rescisão formal.

Sugerimos os seguintes expositores para este Fórum:

1. Mario Avelino – Presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT);
2. Sr. Carlos Antônio Vieira Fernandes – Presidente da Caixa Econômica Federal, gestora do Fundo de Garantia;
3. Dr. Gláucio Araújo de Oliveira – Procurador-Geral do Trabalho (PGT);
4. Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes – Tribunal Superior do Trabalho (TST);

5. Representante do Ministério do Trabalho;
6. Representante do Ministério da Fazenda;
7. Representante do Ministério das Cidades;
8. Sr. Ricardo Alban – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
9. Sr. Marcelo Noronha – Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNIF;
10. Sr. João Martins da Silva Júnior – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
11. Sr. Sérgio Nobre – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
12. Sr. Miguel Torres – Presidente da Central Sindical Força Sindical;
13. Sr. Ricardo Patah – Presidente da Central União Geral dos Trabalhadores (UGT).

As sugestões a serem debatidas são medidas técnicas, de forte apelo social e de grande impacto econômico. Elas promovem a justiça social e trabalhista para os empregados, trazem segurança jurídica aos empregadores, geram aumento na arrecadação de tributos (como INSS e Imposto de Renda), elevam a arrecadação do próprio Fundo de Garantia e, principalmente, impulsionam a geração de empregos formais essenciais para o crescimento do Brasil.

Pelo exposto, solicitamos a aprovação do requerimento e a realização deste Fórum o mais breve possível.

Atenciosamente,

Mario Alberto Avelino – Presidente do Instituto Fundo e Garantia do Trabalhador – IFGT.